

MARX ENTRE ANDAIMES: CAPITAL E TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FORTALEZA

Fábio José de Queiroz ¹

Resumo

Este artigo discute o papel da classe operária no capitalismo do início do século XXI, tomando por base os operários da construção civil de Fortaleza. Analisa a atualidade das reflexões marxistas acerca do papel da mencionada classe como sujeito social de uma estratégia revolucionária frente à ordem do capital. Em síntese, serve de anteparo ante certas teses que se assentam na noção de perda de centralidade do proletariado, ao tempo que, à luz das ações levadas a cabo pelo operariado de um dos ramos mais espoliadores da força de trabalho, ratifica as tendências revolucionárias daqueles que “nada têm a perder”.

Palavras-chaves: Exploração; proletariado; revolução.

MARX ENTRE CASTILLETES: CAPITAL Y TRABAJO EN LA CONSTRUCCIÓN CIVIL DE FORTALEZA

Resumen

Este artículo discuti el papel de la clase obrera en el capitalismo del comienzo del siglo XXI, tomando por apoyo los obreros de la albañilería de Fortaleza. Analiza la actualidad de las reflexiones marxistas acerca del papel de la mencionada clase como sujeto social de una estrategia revolucionaria frente la orden del capital. En síntesis, servi como defensa ante ciertas tesis que se asentan em la noción de pérdida de centralidad del proletariado, a un tiempo que, a la luz de las acciones llevadas la cabo por trabajadores de un de los ramos más despojadores de la fuerza de trabajo, revalida las inclinaciones revolucionarias de quién “nada tiene a perder”.

Palabras llaves: Explotación; proletariado; revolución.

¹ Doutorando em sociologia na UFC. Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Militante do PSTU e membro da Coordenação Estadual da Conlutas (Ceará). E-mail: fabiojosepstu@ig.com.br

Introdução

Nos últimos anos, o setor da construção civil de Fortaleza tem se caracterizado pela seguinte combinação: de um lado, redução de custos, automação, simplificação, relativo incremento tecnológico e modificações dos dispositivos organizacionais; de outro, embora os salários cresçam, crescem em um ritmo mais lento que o crescimento do setor²(e mesmo em comparação ao salário mínimo). Pior: a estratégia patronal exerce com mão de ferro estreita ligação com “novas” formas de organização do trabalho distinguidas, em larga medida, pelo signo da precarização.

Explicamos mais: nos últimos cinco anos, o setor antes citado viu-se frente a alterações quanto ao incremento de tecnologias renovadoras cujo resultado imediato revelou-se na forma de uma intensificação da produtividade. Ademais, políticas de redução de custos, alterações nos métodos de gestão e novas práticas organizacionais favoreceram a “eficiência” produtiva e incremento do capital.

Houve, decerto, um aumento no número de canteiros de obra. Cada canteiro, no entanto, reúne um quantum de operários menor que o estoque registrado em cada obra em um passado não muito distante. Assim sendo, o que um pedreiro realizava em quinze dias, hoje é feito em três ou quatro dias e um mesmo trabalhador cumpre uma variedade de funções. Com a aceleração das inovações organizacionais e tecnológicas, os próprios prédios são produzidos em um espaço de tempo menor do que há uma década. Nesse sentido, uma das questões propostas no presente artigo é analisar quais as conseqüências da introdução dessas práticas no campo da produção.

Completando esse quadro e considerando que não há capital sem trabalho, supomos que a parte repassada ao trabalhador vem sofrendo uma queda em relação à parte não paga. Em outras palavras, o tempo socialmente necessário da reprodução biológica do trabalhador parece diminuir. Isso posto, não tem ocorrido, de feito, aumento da taxa de exploração do trabalhador?

² Em 2007, o setor da construção civil manteve a tendência dos últimos anos e cresceu no Ceará 10% contra 5% no restante do país.

Ademais, o que estão fazendo os operários frente a situações adversas não divorciadas das transformações na base técnica da produção? Em outras palavras, como se manifestam os antagonismos de classe em um contexto tanto de desenvolvimento organizativo das empresas quanto de precarização do trabalho? Conseqüentemente, mantém atualidade o programa marxista pautado na “centralidade do trabalho”, que dizer, no potencial revolucionário da classe operária e na estratégia da revolução proletária?

Em suma, são tais questões que nos estimulam e provocam o estudo, estabelecendo um diálogo com as reflexões marxistas acerca das relações entre capital constante e variável, lucro e salário, capitalismo e exploração, exploração e luta de classes, sujeito social e revolução proletária.

Nossa tarefa consiste em examinar os problemas propostos. Em todo caso, delimitarei os esforços à realidade concreta da região metropolitana de Fortaleza, em especial da capital, circunscrevendo-me aos anos que vão de 2003 a 2007.

O setor da construção civil no contexto da economia nacional e as condições sociais da classe trabalhadora

Para iniciar a reflexão, penso ser indispensável, em qualquer hipótese, traçar um quadro geral do setor em exame e dentro deste quadro focalizá-lo na cidade de Fortaleza. A construção civil representa aproximadamente 10% do PIB brasileiro. Durante a ditadura militar (1964-1985), foi tido como um setor dotado de “virtudes extraordinárias”, haja vista o enriquecimento empresarial, as denúncias de irregularidades que acompanharam cada obra faraônica e o favorecimento de mão-dupla envolvendo agentes públicos e empreiteiros. Registre-se: a conclusão dos governos militares não implicou que esse ramo de atividade tenha sido nocauteado, mas, no fundo, houve uma redefinição dos vínculos de anterioridade com o Estado e os cofres públicos. Como apresentei linhas acima, a construção civil é uma seção de força e prestígio da economia, correspondendo a uma parcela expressiva da indústria brasileira. Igualmente, registrem-se os esforços do setor de modernizar as suas estruturas em uma disputa de competência correspondente às demandas

recorrentemente colocadas pelo capitalismo.³ Os canteiros de obras têm recorrido, em larga medida, a uma economia de braços casada com a introdução de “avanços” técnicos, inovações organizativas e estratégias de redução dos custos. Neste último caso, toma forma a flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas.

O meu objetivo não é discutir tudo que diga respeito a uma observação atenta e global do setor da construção civil. Interesse-me examinar as inovações técnico-organizativas e os esforços da patronal de conter dentro de certos limites a remuneração paga ao trabalhador e os esforços que a categoria tem envidado com vistas a elevar o preço da força de trabalho. Nesse sentido, interesse-me, sobremaneira, analisar os nexos internos dos aspectos citados, da luta de classes e das condições reais de um projeto político sob o signo dos interesses proletários. Em síntese, exponho aqui traços particulares de uma relação complexa em que o conflito é norma.

Não são suficientes as estatísticas dando conta do crescimento da construção civil. Variáveis como salário mínimo e cesta básica encerram grande relevância na explicitação do setor e das contradições que servem de base para externalização dos conflitos de classe, conquanto isso não seja o bastante para se medir toda significação social dos processos pesquisados. Há nos dados do DIEESE⁴ informações que permitem avaliar como a progressão do custo de vida interfere no poder de compra do trabalhador. Pode-se notar no ano de 2003 uma corrosão salarial evidente. Conforme o órgão pesquisador mencionado, o “custo dos gêneros essenciais acumula, entre janeiro e março daquele ano, altas que variam de 5,36%, apurada em Porto Alegre a 19,30%, verificada em Fortaleza”. De março de 2002 a março de 2003 a cesta básica sofreu acréscimo de quase 35% e o índice de correção salarial dos trabalhadores da construção civil alcançou quinze por cento, “já

³ O articulista conservador Nazareno Albuquerque, em sua coluna “De olho no dinheiro”, no jornal “O Povo” (22.07.2007), cuja denominação expressa ideologicamente os seus confessáveis compromissos, relata informações prestadas por um executivo dando conta de que o empresariado da construção civil cearense enviará à China uma missão para fazer o levantamento de preço de matérias-primas básicas para o setor, dentre as quais cimento, alumínio, ferro redondo e vidros. É o que o articulista e os empresários denominam de “guerra para baixar custos”.

⁴ Todas as informações que emanam dos estudos e pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE) e que se espalham ao longo do presente artigo podem ser acessadas no sítio da instituição. www.dieese.org.br

incluso nesse valor o ganho de produtividade”.⁵ Observa-se na capital cearense, um caso-limite com graves prejuízos à classe trabalhadora, em particular dos que percebem salário mínimo ou valores aproximados, como é o caso da maioria dos operários da construção civil de Fortaleza.

Ora, o DIESSE considera a família do trabalhador como marido, mulher e dois filhos. Na realidade, contudo, primam entre os operários da construção civil famílias numerosas como me permitem afirmar a observação empírica e as informações prestadas pelos dirigentes sindicais da categoria. É quase um ritual nas famílias operárias a ênfase na garantia da ração essencial. Quando o custo dos gêneros essenciais acumula aumentos, acumulam-se problemas no processo de reprodução da força de trabalho em uma categoria cuja grandeza do pecúlio é quase sempre de igual valor ao salário mínimo nacional. Creio, entretanto, que o quadro torna-se mais severo e pesado quando se toma conhecimento que a evolução de tal pecúlio vem sofrendo um decréscimo comparativamente com a elevação do salário mínimo. Tolstoi (1995) afirmava que “Todas as famílias felizes são parecidas entre si. As infelizes são infelizes cada uma a sua maneira” (p. 15). Aqui está a maneira de ser infeliz de um dos segmentos mais explorados do proletariado.

Conforme pode se inferir, aqui começa de fato a trajetória mais essencial do presente escrito.

Estabelecendo um paralelo do salário mínimo nacional com o piso salarial mínimo da construção civil da região metropolitana de Fortaleza, tomando por base os anos de 2003 e 2007, se nota a evolução mais lenta do segundo em relação ao primeiro. Em 2003, o salário mínimo nacional alcançou o patamar de 180 reais enquanto o piso da categoria operária servente da grande Fortaleza atingiu o valor de 277,22 reais. Podemos constatar quatro anos depois que o mínimo nacional logrou o nível de 380 reais. Neste ínterim, o piso do servente atingiu 392 reais. Pior: para o DIEESE, o salário mínimo necessário deveria ser nos anos referidos respectivamente 1.092,97 reais e 1.672,56 reais (ambos tendo por base o mês de abril). O salário mínimo necessário, diferentemente do nominal, é capaz de atender

⁵ Processo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) Nº. 03104/2003 – Dissídio Coletivo. Suscitantes e suscitados: Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza. Os dados que venham a ser apresentados daqui por diante, que digam respeito à evolução salarial dos operários da construção civil, estarão pautados reiteradamente nos processos de Convenção e Dissídio Coletivos celebrados por representações sindicais de empresários.

às necessidades vitais básicas de uma família de quatro pessoas. Imagine, então, a natureza da evolução do piso salarial dos operários do setor em análise que se dar num ritmo relativamente menor em paralelo com o salário mínimo nominal? Imagine, além disso, o quadro em si tomando por referência massas proletárias de descendência numerosa?

De fato, está colocada para o operário da construção civil de Fortaleza dedicar uma fração maior da sua massa salarial para comprar a ração especial. Ou seja, terá de consagrar um esforço maior para obter o conjunto de gêneros essenciais. Nada disso, com certeza, é resultado do acaso.

Engels demonstrou que o operário “precisa de uma quantidade determinada de meios de existência para viver e, além disso, manter a sua família” (S/D: 26). Para isso, é determinante cobrir o tempo necessário. Parto de um dado notório: ele precisa trabalhar mais para garantir os “meios de existência para viver”. Quer dizer, o trabalhador carece de retirar uma fração superior do seu salário para fazer frente aos gastos com os produtos básicos. Aqui não estão pensadas as despesas com moradia, educação, saúde, transporte, lazer, vestuário, dentre outras. Tais gastos aumentam as dificuldades de uma família trabalhadora.

Poder-se-ia raciocinar: dessa maneira, restringe-se o tempo excedente e, por tabela, restringe-se a auto-expansão do valor. Ora, há de se considerar, em seu sentido mais profundo, as mudanças dos métodos de gestão, as transformações na base técnica da produção e a intensificação do trabalho. Dito de outro modo: o meio de trabalho é transformado. Com efeito, as alterações em tela objetivam, em última análise, reforçar os rendimentos do capital. Exemplifico: um operário concluía o piso de compartimento de um prédio trabalhando de segunda até quarta, o que não significa que folgasse quinta e sexta feira; hoje, ele efetua o mesmo trabalho em um único dia, o que não implica que folgará o restante da semana. Não é estranho que o veredicto seja exatamente o aumento do tempo de trabalho excedente. Dizê-lo equivale a declarar o aumento da espoliação da força de trabalho. Longe do organizar o tempo em função das suas necessidades, o trabalhador se sujeita a uma organização do tempo que o faz produzir mais em uma quantidade menor de horas. Pessimamente, cai a faixa relativa de renda do trabalhador e as modificações antecitadas constituem estratégias cuja finalidade é revigorar o processo de

valorização do capital. Do que fica exposto, são partes inelimináveis de uma solução desgraçadamente burguesa.

Em outros termos, como já havia consignado Marx, o “salário não é, pois, determinado em geral apenas pela quantidade de mercadorias que eu posso obter em troca. O salário contém diversas relações” (1985:33). Ou seja, mesmo reputando uma evolução do piso salarial da construção civil em um nível superior ao da cesta básica⁶ de 2003 até 2007, há de se considerar as demais relações contidas no salário resumidamente expostas em diferentes momentos ao longo do texto.⁷

De mais a mais, Marx apresenta outra indicação decisiva cuja lógica aponta contra o trabalhador: para ele, o salário não é parte da mercadoria que ele produziu, mas “é parte das mercadorias já existentes, com que o capitalista compra uma certa quantidade de força de trabalho produtivo” (1985:18). Ao modificar os mecanismos que regem esse processo, inclusive reduzindo custos e introduzindo métodos que permitem arrancar da massa proletária capacidade produtiva multiplicada, os capitães da indústria empenham-se em reduzir as despesas atinentes aos salários.

É também certo que as empresas do ramo da construção civil, com o objetivo de reduzir os custos e maximizar os ganhos, trabalham, hoje, no extremo dos detalhes. Nessa perspectiva, observam desde o material mais geral, passando pela colocação do piso (incluindo mudanças no sistema de acabamento), redução do uso de vigas e até a edificação de obras assentadas no emprego generalizado de

⁶ Refiro-me fundamentalmente ao fato de que a obtenção da cesta básica, em Fortaleza, conforme o DIEESE, exigiria, hoje, do operário um tempo de trabalho de 98 horas e 19 minutos, ao passo que, em 2003, a exigência alcançaria o patamar de 156 horas e 40 minutos. Acrescentaria um questionamento: o que faz a família numerosa de um operário com 4,5 kg de carne ou 3,6 kg de arroz no decorrer de um mês? Indagação semelhante poderia ser estendida aos demais componentes da cesta básica: leite (6 litros), feijão (4,5 kg), farinha (3 kg), tomate (12 kg), pão (6 kg), café (300 gramas), banana (7,5 dz.), açúcar (3 kg), óleo (900 ml) e manteiga (750 g). Vale a pena, finalmente, comparar a evolução do piso da construção civil e a evolução da cesta básica entre 2006 e 2007. No primeiro caso, o reajuste foi de 4,49%; no segundo caso, houve uma explosão e o total da cesta evoluiu de 125,03 para 156,40 reais (considerando o mês de março), um reajuste de aproximadamente 25%. Além disso, a evolução da cesta básica em Fortaleza, no ano de 2007, alcançou quase 20%, com o feijão, tão familiar na mesa das camadas mais espoliadas, beirando os 300% de majoração.

⁷ O artigo em tela se restringe ao período 2003/2007 e por isso não adentra à dinâmica das relações entre salário da construção civil e cesta básica, por exemplo, entre 2007/2008, quando a segunda adquiriu uma velocidade que colocou para trás os ganhos obtidos pelos trabalhadores. A crise dos alimentos – que ganhou maior visibilidade em 2008 – se expressou no aumento do preço de produtos básicos como feijão e arroz, provocando uma erosão salarial de conseqüências desastrosas para o operariado.

pré-moldados.⁸ Na mesma direção, saem de cena os tijolos e prioriza-se o uso do gesso na separação dos vãos. Surgem os prédios maiores e de custos relativamente mais baratos. Eis a conclusão inevitável desse processo: os lucros sobem pelo elevador e o salário é transportado ofegando por vãos intermináveis de escada.

Aqui vale destacar: o que é adiantado pelo empresário na forma de matérias-primas, ferramentas e máquinas corresponde ao capital constante. Os patrões, por intermédio da reestruturação produtiva, almejam reduzir drasticamente as despesas com os fatores do processo de trabalho, ou seja, com o trabalho acumulado, ao passo que procuram agigantar a parte respeitante a criação de novos valores, isto é, a parte não-paga resultante do trabalho excedente cumprido pelo operário. Esta parte final é de igual valor ao que Marx denominou de capital variável, arte e segredo da mais-valia. Em resumo: atingir a finalidade em tela tem a significação de cortar os custos de produção, em particular os custos de reprodução do operário, não somente pelo uso intensivo de tecnologia e mudanças dos dispositivos organizacionais, mas também pela interposição de uma política de controle do salário.⁹ A evolução mais lenta do salário se encontra na razão inversa do deslocamento propício e ascendente do lucro patronal.¹⁰ Por seu turno, os investimentos, a edificação de centenas de novos prédios e a introdução de técnicas inovadoras se realizam em proveito¹¹ do empresariado. Conforme a formulação de Marx, o aumento do capital produtivo significa “o aumento do poder do trabalho

⁸ A imprensa fortalezense deu destaque em 2007 a política de grupos empresariais da capital alencarina de adquirir matérias-primas no exterior, notadamente na China, cujo fim é reduzir drasticamente os seus custos, conforme alertei na segunda nota de rodapé.

⁹ Nestor Bezerra, diretor sindical, atribui à pressão do exército industrial de reserva um papel relevante na queda do salário médio da categoria. Trata-se de uma questão que carece de exames mais detidos, embora seja difícil negar o peso desse fator. Em todo caso, acresço um problema que não é puramente teórico: com que programa e com qual concepção, o que significa indagar com qual estratégia, o sindicalismo tem medido os seus passos?

¹⁰ O sindicalista Benedito Oliveira Viana, 40 anos, é diretor do sindicato desde 1988. Em suas palavras, um servente em Fortaleza chegou a perceber um piso de quase 1,5 salário mínimo. Em 2007 o seu valor era de 392 reais, pouco mais do que o mínimo nacional (então, de 380 reais).

¹¹ Máquinas e matérias primas não criam valor. Unicamente a parte variável do capital – que corresponde à força de trabalho do operário – cria, efetivamente, um novo valor. Isso significa que o crescimento do trabalho morto em relação ao trabalho vivo apresentará, decerto, em sua dinâmica, profundas e inelutáveis contradições, isso porque o crescimento da massa de lucro, em seu devir, não impedirá a explosão de um problema recorrente da economia capitalista: a tendência a queda da taxa média de lucro, ante-sala das crises cíclicas de superprodução. A queda da taxa média de lucro decorre fundamentalmente do transcrescimento do maquinário e técnica em detrimento do efetivo fator de valorização do capital inicialmente investido: a força de trabalho.

acumulado sobre o trabalho vivo, significa o aumento do domínio da burguesia sobre a classe trabalhadora” (1985:30).

Benedito Oliveira Viana, diretor do sindicato dos trabalhadores da construção civil da região metropolitana de Fortaleza, chama a atenção para o fato de que o SINDUSCON – o sindicato patronal – se nega, de forma incisiva e repetida, a colocar sobre a mesa os seus resultados. Leia-se: a grandeza dos seus lucros. Assume, todavia, que de 2004 a 2006 o setor cresceu 5%, 4% e 12%, respectivamente, sem que isso tenha implicado aceitar incluir nesse bojo, de um jeito mais favorável, o operariado, embora a categoria tenha obtido às portas do terceiro milênio, depois de combativa mobilização, o direito de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Essa participação é paga de duas vezes, em fevereiro e agosto, correspondendo, no limite, a 40% do salário base mensal respectivo.¹²

Nestor Bezerra, sindicalista desde 2001, participou de várias greves da categoria¹³ e indica em seu relato que todas as grandes questões que dizem respeito ao antagonismo entre patrões e trabalhadores são resolvidas pela força, conclusão a que Lênin já chegara brilhantemente ainda nas primeiras décadas do século passado.

A luta por um preço mais justo para o salário, o problema da precarização do trabalho e os conflitos de classe

Reveste-se de importância a análise da luta cotidiana dos trabalhadores. Eles reivindicam melhores condições de trabalho, um preço mais condizente com as

¹² Escarafunchar a política de participação operária nos lucros é desvendar a estratégia patronal de mobilizar e enredar o operariado com o incremento da produção e, ao mesmo tempo, trocar aumentos salariais por participação nos resultados das empresas. Neste caso, afoga-se a classe trabalhadora nas águas geladas de colaboração de classe, partindo da funesta idéia “do que é bom para empresa é bom para o trabalhador” ou de outra, não menos funesta, “se a empresa ganha, todos ganham”. Não estou propondo liquidar com a PLR como direito a ser reivindicado, mas alerta para o seu potencial de manobra – inclusive de cunho ideológico - nas mãos do empresariado. Além disso, devido a alta rotatividade e os limites rígidos para o pagamento da PLR, parte do operariado é excluída da concessão desse direito.

¹³ Nas onze últimas campanhas salariais, os operários da construção civil da região metropolitana de Fortaleza fizeram greve geral, em pelo menos, oito oportunidades. Na campanha de 2007, diferentemente, a estratégia do sindicato se pautou pela paralisação individualizada de canteiros de obra, manifestações no ponto de apoio (de onde saem dezenas de ônibus rumo às construções) e passeata no coração da Aldeota, bairro em que se concentram obras destinadas a segmentos de alta renda.

necessidades reais de reprodução da força de trabalho e uma jornada de trabalho que respeite o limite físico do proletariado. Uma história bem contada, pronta para não se deter na superfície dos acontecimentos, seguramente intima a um exame sobre o passado recente do operariado da construção civil de Fortaleza. Manoel de Farias Maciel filiou-se ao sindicato em 1980 e compôs o grupo de sindicalistas que tomou para si a tarefa de retirar a entidade das mãos de uma pelegada histórica, fato consumado em fins de 1988. Do mencionado agrupamento também fez parte Raimundo Pereira, dirigente sindical já com longa trajetória no movimento de massas. Ambos recordam que há duas décadas os operários comiam na telha ou no capacete. Como indica Manoel de Farias, a nova diretoria do sindicato chamou a si o encargo de melhorar as condições de trabalho da categoria. Em 1990, conquistou-se o direito ao café da manhã e no ano seguinte se impôs às empresas com mais de 50 empregados que assegurassem o almoço dos trabalhadores. Desde 1994, esse direito foi universalizado.

Quantos e quem são os operários da construção civil de Fortaleza?

Durante as negociações da última campanha salarial, o SINDUSCON, sindicato patronal, informou uma quantidade aproximada de 20 mil operários, constando de um plantel¹⁴ de catorze mil na capital e cinco a seis mil nos municípios da região metropolitana. Nos últimos cinco anos, não há registros de perda numérica significativa da base da categoria. Grosso modo, há oscilações na oferta de emprego a acompanhar a dinâmica da economia, em especial do setor industrial em análise. Nada, no entanto, que possa ser mensurado em termos de perdas monumentais do número de operários ou coisas do gênero. Ao contrário, o ano de 2007 encerrou com o empresariado e os representantes dos trabalhadores informando que esse plantel atingiu a marca de 27 mil operários. Esse aumento é, em primeiro lugar, uma expressão viva do crescimento do trabalho precarizado e se sujeita às oscilações próprias do setor. As empresas da praia, responsáveis por empreendimentos dirigidos às camadas mais endinheiradas, costumam utilizar a seguinte tática: quando começam a construir um prédio usam reduzida força de

¹⁴ O transcrescimento do setor tem produzido um incremento desse plantel. Em fins de 2007 e começo de 2008, só para ilustrar, o contingente de membros da categoria alcançou o patamar de 27 mil trabalhadores. A idéia de um suposto declínio ou extinção do proletariado se reduz a um objeto inusitadamente ficcional.

trabalho, ampliando o plantel¹⁵ à medida que se aproxima a data da entrega dos apartamentos. Meios postos durante a edificação explicam, portanto, oscilações nos níveis de emprego da construção civil, apesar de não explicar esse fenômeno em seu conjunto.

Os operários, não raro, se distribuem em obras espalhadas genericamente pela praia e periferia. Postas lado a lado, se observa certo número de distinções a separar as obras dos bairros de “classe média alta” e burguesa das construções da periferia de Fortaleza. Sem rejeitar a necessidade de estudos mais pormenorizados, pretendo reduzir esse cotejo aos limites da capital. Na aldeota/praias (área geográfica dos ricos e segmentos médios) os apartamentos são maiores, encerram níveis elevados de refinamento, desde os projetos, passando pelos materiais primários e também nos variados tipos de acabamento. A seu lado alinham-se preços espantosamente engrandecidos, considerando o baixo poder aquisitivo da maioria da população. Parte dos imóveis é vendida aos estrangeiros de diferentes nacionalidades que decidem se fixar ou estabelecer contatos – de negócios ou de lazer - mais duradouros na cidade e depois de levantar esses prédios, inapelavelmente, nunca mais os operários colocarão os pés naquilo que eles ajudaram a erguer. Tampouco há garantia de emprego para os milhares de trabalhadores que se concentram nos setores mais valorizados da geografia da cidade, embora o grau de rotatividade seja menor comparativamente ao quadro verificado nas construções da periferia. Ademais, empresários de outros países começam a ocupar uma fatia do controle das firmas responsáveis por parte das obras da capital cearense.

Com o concurso de recursos públicos, torna-se maior o número de edifícios em construção nos espaços da periferia. Ordinariamente, são prédios urbanos de porte modesto, firmados em materiais módicos e os seus apartamentos pouco extensos variando de 40 a 60 metros. Por outra parte, se o empresariado da construção civil faz do processo de trabalho nas áreas mais ricas um processo “científico”, a principal base desse mesmo trabalho nos espaços da periferia se traduz em uma exploração mais intensiva da mão-de-obra. De resto, os altos índices de rotatividade da força de trabalho nas obras da periferia testemunham e

¹⁵ Muitas vezes, a ampliação do plantel ocorre, ao mesmo tempo, que o aumento da hora-extra que faz o trabalhador invadir a escuridão da noite e embrenhar-se pelo final de semana.

patenteiam essa tendência. Desenvolveu-se e alargou-se aí uma política de contratação temporária de operários cujo limite é o contrato de experiência de 90 dias. É uma estratégia nefasta que tem uma destinação: desobrigar as empresas de pagar as indenizações rescisórias. Em nome da auto-expansão do valor, tendo por referência o esforço patronal de reduzir custos e acentuar ganhos, ajustam-se os “novos” métodos de gestão e a precarização do emprego. Ironicamente, as construções dos bairros pobres e de “classe média baixa” arrimam-se, quase sempre, em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), enquanto os operários que ali trabalham não desfrutam do seu próprio fundo de amparo. Trata-se de um caso inequívoco de precarização do trabalho, pois ao desempenhar as suas funções por um ou dois meses o proletariado das obras de periferia não recebe FGTS, a multa de 40%, o seguro desemprego e a PLR. Eis as “novas” práticas organizacionais, “eficiência” das empresas e “modernização” do setor.

Exemplo emblemático desse modelo de precarização é a empresa AMP Engenharia, responsável por uma obra com recursos do FAT, afastada pouco mais de trinta minutos do centro da capital cearense, mais precisamente no bairro Vila Manoel Sátiro. Através do Programa de Arrendamento Residencial está em construção o prédio nomeado de Acrópole Residencial. Na porta do canteiro de obras, aglomeram-se desempregados atrás de uma ocupação. Informam que estão buscando emprego no canteiro mencionado porque não há outro jeito; sabem que ali os trabalhadores ficam de dois a três meses para não gerar direitos.¹⁶

Um caso, não obstante, merece um reparo cuidadoso. No meio dos desempregados encontrei João Rodrigues, um senhor de 54 anos, que há quatro anos trabalha sem vínculo empregatício, que me ofereceu esta síntese pungente: “As empresas não gostam de contratar pessoas com mais de 40 anos e por conta disso não consigo mais ocupação. Fui funcionário da empresa CPM, mas isso já tem muitos anos. No momento, vendo macaxeira e sobrevivo com o apoio de três filhos”. Quando são estabelecidas analogias pondo de um lado o transcrescimento do ramo da construção civil, com aproximadamente 400 obras em andamento na grande Fortaleza, e a situação radicalmente diferente dos penalizados por salários rebaixados, sistemas imoderados de hora-extra, precarização do emprego e, no

¹⁶ Realizei a pesquisa de campo na AMP Engenharia na terça-feira, 31 de julho de 2007, por volta das 7 horas da manhã, ao lado de diretores do sindicato dos trabalhadores da construção civil.

limite, a desocupação, não há como não concordar com Lessa, quando afirma: “é riqueza e miséria extremadas como lados opostos de uma moeda que, a cada dia, teima em se fazer mais fina, aproximando até a quase coincidência a cara da coroa” (2005:73).

O dito “cidadão produtivo”, excluído do mercado de trabalho, desce ao inferno de Dante do capitalismo contemporâneo. Aqui não há espaço para ambigüidades teóricas e conceituais. Situações da mesma categoria motivaram Chesnais a definir que a “angústia vivida pelas grandes massas, praticamente no mundo todo, vem da constatação pela classe operária, a juventude e as massas oprimidas, da degradação acelerada das suas condições de existência: ressurgimento e permanência do desemprego, precariedade das condições primárias de existência, destruição da proteção social, ressurgimento da fome ou, mesmo onde não há fome, novas epidemias, nova decadência tanto individual quanto social, arrogância das classes possuidoras e de uma sociedade que volta a ostentar a riqueza de uns aos olhos de todos os que não têm nada” (1997:7).

Considerações finais

Estudando as condições concretas de vida do operariado da construção civil não resta alternativa senão reconhecer se tratar de uma classe que não tem nada a perder na condição de perecimento do capitalismo, embora setores majoritários da intelectualidade acadêmica ocultem a sua incapacidade de se aproximar da classe operária difundindo a retórica mistificadora do fim do proletariado como classe tendencialmente revolucionária. Neste plano, os mentores das formulações teóricas que advogam a “perda de centralidade do trabalho” ou do “fim do proletariado” precisam pensar muito sobre o que diz um jovem historiador marxista, para quem “seria uma precipitação teórica as, mais de uma vez, anunciadas cerimônias fúnebres do proletariado” (ARCARY, 2002:99). Frente à linguagem dos reacionários e dos incautos, Arcary alerta sobre as “aptidões revolucionárias do proletariado”.

Em abono dessa reflexão rememoro o caráter estratégico do proletariado na sociedade capitalista. Uma simples greve operária ¹⁷de alguma duração provoca prejuízos materiais manifestos à ordem do capital. Não se deve conjecturar, tampouco, que os anúncios catastrofistas acerca do “fim do trabalho” ou simplesmente da sua “perda de centralidade” possam se sustentar a partir de uma apreciação rigorosa do capitalismo, da sua estrutura e dinâmica. O que se quer dizer é: não há sujeito social da revolução, pois na realidade acabou o tempo das revoluções. Argumenta-se até sobre a redução numérica do proletariado industrial. Ora, argüir o abreviamento numérico do proletariado é apoiar-se em uma premissa mal-fundamentada. Historicamente, a classe operária russa – concentrada em Petrogrado e Moscou – encabeçou a maior revolução da história. De lá para cá, teria ocorrido uma redução numérica de tal envergadura do proletariado que inviabilizaria pensar a transformação da sociedade a partir do “antigo” sujeito social?

De feito, não me parece que as transformações dos últimos tempos afetaram o veredicto marxista no que toca ao sujeito social da revolução.

Da mesma forma, um palavreado dando conta de um suposto acordo dos proletários às determinações do capital. Ou seja, o operariado está socialmente acomodado ao capitalismo. Protesta, reclama, mas desistiu de transformá-lo. Trata-se de uma simplificação excessiva. Em vez de reverência apaixonada ou assentimento, há um ódio instintivo do trabalhador à ordem estabelecida. Isso não é um problema puramente teórico. Os operários da construção civil constituem ótimo observatório para quem não se dispõe a aceitar a ficção burguesa de que o projeto da revolução proletária deva ser arquivado. As massas operárias, depois de séculos de capitalismo, seguem lançadas na ruína e miséria. Ou seja, a situação social da massa proletária empurra a classe trabalhadora para o embate contra a ordem do capital e não para a sua santificação. Se a década passada foi inelutavelmente reacionária, o decênio presente é de retomada das lutas, independente da natureza desigual do seu vigor.

Nessa toada, as organizações revolucionárias, isto é, o conjunto das forças que não retirou do seu horizonte a necessidade da revolução socialista,

¹⁷ Enquanto efetuava a revisão do presente texto, dava-se uma das greves mais radicalizadas da história da categoria, que perdurou por 15 dias, produzindo repercussões em toda cidade de Fortaleza e provocando calafrios na espinha do empresariado.

devem apoiar os seus trabalhos, em primeiro lugar, no proletariado, em particular em suas camadas mais espoliadas: terceirizados, mulheres, negros, negras, os de menor poder aquisitivo etc. Para falar a verdade, não há saída por cima ou por fora da classe operária, não obstante isso contenha um valor metodológico e programático unicamente para os que adotam como estratégia derrubar o domínio capitalista.

De tudo o que foi dito e escrito, a questão primeira e fundamental é: sem extirpar o monopólio dos meios de produção por uma parte minúscula da sociedade, os operários seguirão produzindo apenas o suficiente para o sustento e reprodução da força de trabalho, e isso quando o capital não lhes impõe um destino além do limite do suportável. Mais do que ontem, particularmente quando o capitalismo se aproxima de um novo ciclo de retração, “Os proletários não têm nada a perder senão os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar” (Marx & Engels, 2003: 58).

Bibliografia

ARCARY, Valério. A polêmica sobre as aptidões revolucionárias do proletariado, in: *Marxismo Vivo*, nº 05, São Paulo: Graphbox Caran, abril de 2002.

ALBUQUERQUE, Nazareno. De olho no dinheiro. *O Povo*. Fortaleza, p. 38, 22 de julho de 2007.

CHESNAIS, François. O capitalismo de fim de século, in: *Globalização e socialismo* (COGGIOLA, Osvaldo: org.), São Paulo: Xamã, 1997.

DEPARTAMENTO INTER-SINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). Disponível em: <http://www.dieese.org.br>.

ENGELS, Friedrich. O capital de Marx, in: *obras escolhidas*, vol. II, São Paulo: Editora Alfa-Ômega, S/D.

LESSA, Sérgio. História e analogia: a questão do trabalho, in: *Crítica Marxista*, nº 20, Campinas, SP: Editora Revan, abril de 2005.

MARX, K. O capital, Os economistas, volume I, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

_____; Trabalho assalariado e capital, São Paulo: Global Editora, 1985.

_____; ENGELS, F. Manifesto comunista, São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

TOLSTÓI, Leon. Ana Karênina, vol. 1, [S.I]: Nova Cultura, 1995.

Fontes

I – Documentos (Dissídios e Convenções Coletivas da Construção Civil da RMF):

Tribunal Regional do Trabalho, processo nº. 00882/2003.

Tribunal Regional do Trabalho, processo nº. 00691/2004-000-07-00-5.

Convenção Coletiva de Trabalho 2005/2006.

Convenção Coletiva de Trabalho 2006/2007.

Convenção Coletiva de Trabalho 2007/2008.

II – Depoimentos:

Benedito Oliveira Viana, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza.

João Rodrigues, desempregado.

Manoel de Farias Maciel, ex-diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza.

Nestor Bezerra, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza.

Raimundo Pereira, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza.